

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO PRONAMPE?

AUTORES: EDIVAN DO SOCORRO FONSECA DE MIRANDA E GIOVANNI SILVA BEVILÁQUA

REFERÊNCIAS

1. A Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020, alterou a Lei nº 13.999/2020 e acresceu a possibilidade de Profissionais Liberais aderirem ao Pronampe ao instituir a linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

2. Fontes:

- 1- <https://bit.ly/2LgwloM>;
- 2 - <https://bit.ly/3a4vzVf>; e
- 3 - <https://bit.ly/2VZSJ6H>.

3. Fonte: <https://bit.ly/33YNd91ao>

4. Link para os dados no site do Programa: <https://bit.ly/3qHew17>.

5. Fonte: <https://bit.ly/33YNd91>.

6. Fonte: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8907156&ts=1607005352137&disposition=inline>.

7. Fontes:

- 1 - <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/pronampe-ainda-tem-r-4-bi-e-fase-permanente-sera-em-2021-diz-senador> e
- 2 - <https://www.infomoney.com.br/economia/governo-acena-com-mais-recursos-para-pronampe/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003*. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.735.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº, de 11 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12087.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e revoga dispositivos das Leis no 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020*. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13999.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020*. Instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; Cria o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo. Brasília: Presidência da República, 2020b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14045.htm#art1>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020*. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nos 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14042.htm#art33>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020*. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020d. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.043-de-19-de-agosto-de-2020-273219968>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Medida Provisória nº 975, de 1º de junho de 2020*. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020f. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-975-de-1-de-junho-de-2020-259639759>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Medida Provisória nº 997, de 31 de agosto de 2020*. Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv997.htm#:~:text=MPV%20997&text=Abre%20cr%C3%A9dito%20extraordin%C3%A1rio%2C%20em%20favor,que%20lhe%20confere%20o%20art.>. Acesso em: 4 dez. 2020.

----- *Portal do Empreendedor Brasileiro*. Canal oficial do governo brasileiro para a prestação de serviços para o MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Portal do serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas. Sebrae, [s.d]. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 4 dez. 2020.